

INVENTÁRIO Nº 5

Homenagem
Dia das Mães
de todos os dias

COMISSÃO DE
**MU
LHE
RES**

Entrevistas

Adriana Gomes Rego
Danielle Barbosa



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| Comissão de Mulheres

MAIO/2026

Comissão de Mulheres do Sindireceita (2025-2028)

Coordenadora-Geral

Lucia Helena de Andrade (organizadora)

Coordenadora-Adjunta

Katia Rosana Nobre Silva - DS São Paulo/SP

Coordenadora-Adjunta

Sandra Aparecida de Souza Pereira - DS Brasília/DF

Coordenadora-Administrativa

Priscila Maria Borges de Rezende - DS Vitória/ES (revisora)



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

Integrantes

Ana Cristina Cavalcanti Castelo Branco Soares - DS Brasília/DF

Denise Rodrigues de Figueredo - DS Palmas/TO

Fernanda Franklin da Silva - DS Sorocaba/SP

Ivaniza Leão Santana Silva da Costa - DS Foz de Iguaçu/PR

Karla Costa Fantacini - DS Ribeirão Preto/SP (fotógrafa e diagramadora)

Maria Elena Miranda - DS São Paulo/SP

Marlene Ribeiro Mafra Cruz - DS São Luís/MA

Odete Apolinário de Souza - DS Cascavel/PR

Regina Célia Kreuzsch Razzolini - DS Curitiba/PR (revisora)

Tânia Maria Fonseca da Silva - DS Natal/RN

Vânia Maria de Oliveira e Silva - DS Manaus/AM

Comissão de Mulheres do Sindireceita, Inventário N° 5, 2026.

O conteúdo integral desta edição está disponível no site oficial do Sindireceita: www.sindireceita.org.br, em formato PDF acessível, com opção de download para leitura offline, distribuição gratuita.

Obra registrada e protegida por direito autoral na Câmara Brasileira do Livro.
A reprodução total ou parcial é autorizada, desde que citada a fonte e mantida a integridade do conteúdo.

maio de 2026



Comissão de Mulheres

Coordenadora-Geral

2025-2028



Lucia Helena de Andrade

Nesta edição de nossa revista, como não poderia deixar de ser, homenageamos as mães, sem deixar de lembrarmos da violência que acompanha nossas vidas e reflete nas vidas de nossos familiares, especialmente nossos filhos.

Ao dar voz a esse tema, reafirmamos a urgência de olhar com atenção para os órfãos dessa violência, vidas interrompidas e feridas desde muito cedo, que exigem do poder público o compromisso de construir políticas de acolhimento, proteção e apoio efetivo.

Temos a honra de trazer entrevistas com duas mães e gestoras da Receita Federal do Brasil, **Adriana Gomes Rego**, Secretária Especial Adjunta, e **Danielle Carvalho Barbosa**, Coordenadora da Coinf - Coordenação de Infraestrutura Tecnológica, cujas trajetórias inspiram pela competência, pela sensibilidade e pela capacidade de conciliar os desafios da maternidade e da vida profissional.

Nesse contexto, é fundamental enaltecer o trabalho da Comissão de Mulheres do Sindireceita, cuja atuação firme, comprometida e sensível fortalece o debate sobre igualdade, respeito, proteção e valorização das mulheres no âmbito sindical e institucional. Com articulação, escuta e protagonismo, a Comissão contribui para ampliar consciências, construir redes de apoio e reafirmar que nenhuma violência pode ser naturalizada.

Esperamos que esta seja mais uma coletânea a ser lida, compartilhada e divulgada por cada Analista-Tributária e cada Analista-Tributário, em seus grupos e espaços de convivência, para que essas vozes alcancem ainda mais pessoas e cumpram sua missão de informar, sensibilizar e transformar.

Boa leitura a todas e todos. E que as mães sejam homenageadas todos os dias, por seus núcleos familiares e por toda a sociedade, através do amor, do respeito e do reconhecimento por sua dedicação, sua entrega e sua força.



05 ADRIANA REGO

Enrevista exclusiva sobre a maternidade com a Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil



13 DANIELLE BARBOSA

Enrevista exclusiva sobre a maternidade com a Coordenadora de Infraestrutura Tecnológica, Analista-Tributária da Receita Federal do Brasil



19 ÓRFÃOS DA GUERRA

Artigo das Analistas-Tributárias Katia Nobre - DS São Paulo e Priscila Rezende - DS Vitória, integrantes da Comissão de Mulheres do Sindireceita



23 NOSSAS MÃES

Uma pequena homenagem a todas progenitoras das integrantes da Comissão de Mulheres do Sindireceita



Adriana Rego



Adriana é uma pessoa que sempre foi muito batalhadora e buscou conciliar tudo na sua vida.

Concluiu Engenharia Civil em 1992, quando o mercado para engenheiros estava bem difícil. Havia sido primeiro lugar no vestibular, laureada da turma, mas não havia empregos para engenheiros civis naquela época de recessão.

Então, em 1993 decidiu fazer Direito, já que começou a estudar para concursos. Nessa época, começou a trabalhar no Banco do Brasil, em uma cidade do interior. Para assistir às aulas de Direito acordava todos os dias às 4h30 da manhã, para viajar, trabalhar, voltar e estudar à noite.

Em 1994, passou para Auditora Fiscal do Estado do RN. “Mais uma vez, a vida não foi fácil comigo, porque tinha que viajar para o interior do Estado e conciliar com a faculdade.”



Entrevista

No ano de 1995, ingressa na Receita Federal em Boa Vista - Roraima, aos 25 anos, onde foi morar sozinha. Em 1997, foi removida para Brasília, para trabalhar na Coordenação-Geral de Fiscalização. Cuidava do Safira e dos Manuais de Fiscalização e em 1999 assume a chefia dessa divisão.

Em 2001 nasceu seu primeiro filho, assinalando o início de uma jornada marcada por ambição profissional e equilíbrio familiar. Para ficar mais perto dos pais em Natal (RN), mudou-se para Mossoró por falta de vagas na Receita Federal na capital potiguar.

Em 2002, assumiu como conselheira no 2º Conselho de Contribuintes. Dois anos depois, em 2004, migrou para o 1º Conselho. Já em 2005, separada do marido e com um filho de 4 anos nos braços, retornou a Brasília como Coordenadora Operacional de Fiscalização, um salto que demonstrava sua resiliência.

O ritmo acelerou. Em 2009, casada novamente e com uma filha de apenas seis meses, tornou-se presidente da 3ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes.



Adriana Rego

Com a criação do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), assumiu a presidência da 2ª Câmara da 1ª Seção.

Em 2010, voltou à Receita Federal como coordenadora da Copen/Cosit. Seguiu em 2012 para a Coordenação-Geral de Programação e Estudos (Copes). Em 2015, regressou ao CARF à frente da 3ª Câmara da 1ª Seção. Dois anos depois, em 2017, comandou a Presidência da 1ª Seção de Julgamento e, em dezembro do mesmo ano, o ápice: Presidência do CARF, cargo que ocupou até abril de 2022.

Não parou por aí, foi trabalhar na Casa Civil, época em que defendeu sua dissertação de mestrado, e em 2023 assumiu como **Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil**, consolidando uma trajetória de liderança em um dos órgãos mais estratégicos do país.



Entrevista

Fale-nos sobre sua trajetória profissional e como foi sua experiência de conciliar a rotina profissional com os papéis de mãe e esposa?

Na minha trajetória profissional sempre busquei pautar as decisões avaliando o que seria melhor para a RFB, quando estive na RFB, e o que seria melhor para o CARF, no tocante às decisões administrativas do CARF. Mas a despeito disso, sempre procurei respeitar todos os profissionais com os quais eu lidava, buscando sempre ser o mais justa possível. Como mãe e esposa, procurei e ainda procuro ter momentos de qualidade com eles. Tento os ouvir sempre, procuro almoçar em casa quase todos os dias, e jantar com toda a família reunida. Além disso, trouxe meus pais para morarem aqui em 2024; em 2025, meu pai faleceu. Então eu tenho ainda uma mãe idosa para cuidar e me dedicar, sobretudo nos finais de semana.

Na sua opinião a RFB tem um ambiente de trabalho que facilite suas servidoras a conciliarem esses papéis?

A Receita Federal do Brasil vem avançando de forma consistente na construção de um ambiente de trabalho mais favorável para que suas servidoras consigam conciliar os múltiplos papéis profissionais, familiares e sociais que exercem. Esse avanço se evidencia tanto no aprimoramento do arcabouço normativo quanto na implementação de políticas institucionais voltadas à equidade de gênero, à proteção da dignidade das mulheres e à ampliação das condições para sua permanência e ascensão profissional.

Nesse contexto, merece destaque a Portaria RFB nº 575, de 9 de setembro de 2025, que aprovou o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação – PSPEAD. O plano, estruturado nos eixos de prevenção, acolhimento e tratamento de denúncias, fortalece a criação de um ambiente de trabalho seguro, respeitoso e inclusivo, condição fundamental para que as servidoras possam exercer suas atividades com tranquilidade, saúde mental e segurança institucional.



Entrevista

Como parte da implementação do PSPEAD, foram reforçados canais específicos de escuta e acolhimento. O Espaço da Fala é um canal institucional voltado a todos os agentes públicos da RFB, destinado à escuta qualificada, orientação e acolhimento em situações de assédio ou discriminação, funcionando também como instrumento preventivo e educativo. De forma complementar, o **Fala, Mulher!** é um canal específico para mulheres vítimas de assédio sexual ou outras condutas inadequadas de natureza sexista, oferecendo atendimento especializado, sensível às especificidades de gênero e às situações de maior vulnerabilidade vivenciadas pelas servidoras. Esses instrumentos são fundamentais para assegurar proteção, confiança institucional e efetividade no enfrentamento dessas práticas.

O lançamento da **Cartilha de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação** reforça o caráter educativo das ações institucionais, ao difundir informações claras sobre direitos, deveres, condutas vedadas e mecanismos de enfrentamento, contribuindo para a mudança da cultura organizacional.

No campo da ampliação da participação feminina em processos seletivos estratégicos, destaca-se a **Portaria RFB nº 335, de 7 de julho de 2023**, que institui o Processo de Seleção de Adidos Tributários e Aduaneiros (Prosad) para atuação junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior. A norma inova ao estabelecer a separação das candidaturas por gênero, criando condições objetivas para o monitoramento da participação feminina em um processo seletivo altamente estratégico e tradicionalmente mais restrito, o que contribui para maior transparência, equidade e representatividade das mulheres em funções de projeção internacional.

Esse conjunto de iniciativas é reforçado pela **Portaria RFB nº 552, de 2025**, que atualizou o Processo de Seleção de Delegadas e Delegados (Prosed), instituindo incentivos objetivos à participação de Auditoras-Fiscais em todas as etapas do processo seletivo, inclusive com a garantia de presença femininas nas entrevistas e a priorização, sempre que possível, da inclusão



Entrevista

de mulheres na composição das listas tríplices. Trata-se de um avanço relevante no enfrentamento da sub-representação feminina nos cargos de liderança.

Outro instrumento importante para a conciliação entre vida profissional e responsabilidades familiares é a **Portaria RFB nº 480, de 2024**, que regulamenta o Programa de Gestão e Desempenho (PGD/RFB). O art. 7º prevê a possibilidade de teletrabalho em regime de execução integral para, entre outros casos, gestantes; servidoras com filhos de até 36 meses; e adotantes, nos limites temporais definidos. Essa medida favorece a permanência e o desenvolvimento profissional das mulheres em fases sensíveis da vida.

Adicionalmente, embora a Portaria vede, como regra geral, o teletrabalho integral para titulares de determinadas unidades descentralizadas, ela faculta a participação desses titulares em regime de execução parcial, desde que atendidas condições operacionais específicas. Essa flexibilização contribui para viabilizar que mulheres assumam e permaneçam em posições de liderança, atenuando barreiras associadas à rigidez do trabalho presencial.

No que se refere à proteção de servidoras em situação de vulnerabilidade, é importante registrar que a Receita Federal já dispunha de instrumentos normativos antes mesmo da edição da **Portaria Conjunta MGI/MMulheres nº 88, de 3 de dezembro de 2025**. A **Portaria RFB nº 340, de 14 de agosto de 2023**, prevê expressamente a possibilidade de remoção ou alteração da localização física de servidores, de ofício ou a pedido, em casos de risco excepcional e efetivo à integridade do servidor ou de seus familiares, inclusive quando esse risco não decorra do exercício do cargo. Essa previsão normativa permite, na prática, a proteção de servidoras vítimas de violência doméstica, demonstrando sensibilidade institucional e atuação antecipada da RFB na adoção de medidas protetivas compatíveis com a realidade vivenciada por muitas mulheres.



Entrevista

Nesse cenário, merece destaque ainda a criação da Comissão da Mulher, da Equidade, da Diversidade e da Inclusão (CMEDI), como instância permanente e estruturada no âmbito da Receita Federal.



A CMEDI atua de forma estratégica na formulação, articulação e acompanhamento de políticas institucionais voltadas à equidade de gênero, à valorização da diversidade e ao fortalecimento da participação feminina.

Dentre as principais iniciativas da CMEDI, gostaria de destacar o **Programa de Mentoria para Mulheres**, lançado no dia 04/02/26, que superou as expectativas de inscrição, com mais de 40 para mentoras e 60 para mentoradas. O projeto piloto conta com 20 mentoras e 20 mentoradas, é voltado ao desenvolvimento profissional, fortalecimento da autonomia e ampliação da representatividade feminina em espaços de liderança, contribuindo para a redução de desigualdades internas.

No eixo de visibilidade e inspiração, o projeto **“Mulheres que Lideram”** busca dar protagonismo às lideranças femininas da Receita Federal, compartilhando trajetórias e experiências que incentivam outras servidoras a ocuparem posições estratégicas e de decisão, já realizou 4 edições, na última, dia 31 de março, contou com a participação de duas Analistas-Tributárias, **Roberta Araújo**, da Alfândega de Salvador e **Danielle Carvalho Barbosa** da Cotec.

Complementando essas ações, a realização do **1º Encontro da CMEDI**, em Recife, representou um marco institucional relevante, ao reunir cerca de 130 servidoras e lideranças em um espaço de diálogo, troca de experiências e construção de estratégias voltadas ao fortalecimento das mulheres no serviço público. O evento consolidou uma rede de colaboração e reforçou o compromisso institucional com a equidade, o respeito e a transformação cultural.



Entrevista

Assim, embora ainda haja desafios culturais e organizacionais a serem enfrentados, a Receita Federal demonstra compromisso institucional sólido e progressivo com a criação de um ambiente de trabalho mais justo, seguro e favorável à conciliação de papéis exercidos por suas servidoras.

O conjunto de Portarias, planos, programas de gestão e iniciativas conduzidas pela CMEDI constitui uma base robusta para o fortalecimento da equidade de gênero em todas as esferas da Instituição.

Quando estava na Presidência do CARF, também tínhamos uma preocupação com as mães. Em razão de as conselheiras representantes dos contribuintes não serem servidoras públicas, elas não fazem jus à licença maternidade nos moldes da nossa legislação. Por essa razão, nós construímos uma sala para que elas trouxessem seus filhos nos dias de sessão, quando estavam amamentando.

Qual seu conselho para as servidoras que também são mães e gestoras, que poderia minimizar suas múltiplas jornadas?

O meu conselho seria que acreditem que é possível conciliar. Que procurem otimizar o tempo em todas as jornadas. Acho que esse é o melhor caminho para se realizar concomitantemente como mãe e profissional.

Quais os desafios de ser mãe de filhos ainda em formação, neste contexto de violência de homens contra mulheres?

Eu diria que os desafios são de ser mãe presente.

Como contornar a desconstrução de caráter contida nos conteúdos que chegam aos nossos filhos pelas redes?

Os desafios devem ser superados com esclarecimentos, buscando passar valores e informações para nossos filhos.



Entrevista

Em sua trajetória profissional houve alguma situação que poderia ser caracterizada como assédio? Se sim, como a situação foi trabalhada?

Eu não tenho recordações de ter sofrido assédio na minha vida. Sempre tive um pai que me encorajou a me colocar em condição de igualdade com todos os homens. Cursei engenharia ao lado de mais 3 mulheres e mais de 20 homens em todas as disciplinas. Exerci ainda a profissão de engenheira, administrando obras com vários homens. Ingressei na RFB e só tive uma única chefe mulher ao longo desses mais de 30 anos de carreira, mas nunca me senti ofendida ou ameaçada.

Qual sua mensagem para todas servidoras da Receita Federal.

Em comemoração ao dia das mães, que todas sejam muito felizes ao lado dos seus filhos, dedicando-lhes o carinho e a atenção que merecem!





Danielle Barbosa



Em uma jornada onde maternidade e carreira se entrelaçam como linhas de código em um sistema complexo, a Analista-Tributária da Receita Federal, especialista em TI, desafiou convenções e estereótipos.

Casada jovem e mãe aos 24 anos, enquanto finalizava a graduação em Ciência da Computação pela Ufes, ela equilibrou por mais de uma década cargos de alto nível na iniciativa privada com a criação de um filho pequeno.

Em 2012 largou tudo – inclusive uma posição estável em uma grande empresa de tecnologia – para apostar em si mesma: pediu demissão, viveu de economias e se dedicou a concursos públicos.

A ousadia rendeu frutos em 2013, quando se mudou para Brasília com o menino de 10 anos, sem rede de contatos, e ingressou na Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação (Cotec), da Receita Federal.



Comissão de Mulheres

Entrevista

Como você se define ou se vê atuando como mãe de uma criança e um rapaz, e profissional, numa área dominada por homens?

Sim, a área de Tecnologia ainda é dominada por homens e, desde a universidade, nós mulheres precisamos aprender a lidar com isso e a lutar pelos nossos espaços.

Depois de três décadas, como é o meu caso, isso acaba se tornando natural e se incorpora na rotina de tal forma, que influencia na criação dos filhos.

O que quero dizer com isso, é que os meus filhos meninos conseguem ver como algo natural a mãe deles estar em um ambiente profissional predominantemente masculino e se sair bem, em especial o mais velho, com 23 anos, já que o menor, ainda não tem 3 anos, mas espero que siga o mesmo entendimento.

// OS MEUS FILHOS MENINOS CONSEGUEM VER COMO ALGO NATURAL A MÃE DELES ESTAR EM UM AMBIENTE PROFISSIONAL PREDOMINANTEMENTE MASCULINO E SE SAIR BEM //



Daniele Barbosa

Quais os desafios de ser mãe de filhos ainda em formação, neste contexto de violência de homens contra mulheres?

Não é fácil ser mãe no mundo atual, com tantos conteúdos ruins e influências negativas facilmente acessíveis, mas eu acredito que o exemplo e o diálogo são ferramentas muito poderosas para a educação dos filhos.

Sempre conversei muito com o meu filho mais velho, o Arthur, e me orgulho muito do adulto que ele se tornou, em especial em relação ao respeito às pessoas, sejam elas quem forem e quais opções de vida façam. Certamente, isso será repetido na criação do mais novo, o Gabriel José.

Respeito ao próximo é algo inegociável para mim.



Comissão de Mulheres

Entrevista

Como contornar a desconstrução de caráter contida nos conteúdos que chegam aos nossos filhos pela rede virtual?

O Arthur não nasceu na “era das mídias sociais” e quando elas começaram a ganhar força, embora ele estivesse um pouco crescido, procurei retardar ao máximo o contato com as redes. Por conta disso, ele sempre gostou muito de esportes, brincava ao ar livre, subia em árvores, voltava para casa todo “ralado” (algo que se vê pouco hoje, já que muitas crianças crescem em frente a telas).

Quando estava mais velho, ele pôde fazer as suas escolhas quanto ao tempo e forma de uso dos meios digitais e eu confio que ele faz boas opções quanto a isso.

Quanto ao mais novo, o máximo que permitimos de tela em casa é a TV, ainda assim com limitação de tempo e conteúdo e é uma programação que fazemos em família, ou seja, ele não tem a TV como uma “babá”. Ele não tem acesso nem a celular e nem a tablet e afins.

Nós temos assinatura de um clube de livros (físicos, com cheirinho de papel) e quando saímos de casa, a

distração para mantê-lo quieto em um restaurante, por exemplo, são brinquedos, como carrinhos, giz de cera e papel. Eu acredito que a construção dos relacionamentos reais entre pessoas nos dá as ferramentas para lidarmos melhor com o mundo virtual.

Fale-nos, de forma resumida, sobre sua trajetória materna e profissional.

Minhas trajetórias materna e profissional se confundem um pouco.

Eu me casei muito jovem e engravidei no último período da graduação em Ciência da Computação, cursado na Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalhei por mais de uma década na iniciativa privada, sempre na área de TI. Como eu me divorciei quando o meu filho mais velho tinha apenas 3 anos de idade, sempre foi um desafio dar conta de me manter como uma profissional de alto nível no meio privado e ser mãe solo.

Em 2012, fiz uma autoavaliação pessoal e profissional e decidi que era hora de buscar oportunidades no serviço público. Fui taxada de “louca”, pois pedi demissão de uma



Comissão de Mulheres

Entrevista

grande empresa de TI para estudar para prestar concurso, vivendo das economias que eu havia poupado por anos.

Prestei concurso para alguns órgãos, sempre na área de TI, sendo um deles a Receita Federal, que em 2012 abriu um concurso para Analista-Tributário, focado em TI. Em 2013, eu me mudei para Brasília, sozinha, com um filho de 10 anos de idade, sem conhecer ninguém na cidade. Nossa adaptação foi a melhor possível e a minha chegada à Receita, na Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação (Cotec) superou todas as expectativas que eu tinha como recém ingressante no serviço público. Desde o início, eu tive muitas oportunidades de crescimento e de contribuição com a bagagem trazida do mundo privado. Em 2017, fui agraciada com a Medalha Noé Winkler, um momento de grande emoção!

Ao longo dos anos, pude atuar como chefe de equipe, chefe de divisão, coordenadora de área, coordenadora-geral substituta e atualmente estou à espera do novo Regimento Interno para assumir uma nova coordenação-geral, na área de tecnologia. A Receita Federal também me proporcionou o encontro com a pessoa que se

tornaria meu marido, o Sandro José. Em 2023 nós tivemos o nosso bebê Gabriel José.

Não deixei minha função de liderança na RFB nem mesmo durante a gravidez e no primeiro dia após a licença-maternidade assumi o projeto de nacionalização da TI, visando a estruturação da nova coordenação-geral, um dos maiores desafios da minha carreira profissional.

Como foi sua experiência de conciliar a rotina profissional com os papéis de mãe e esposa?

Não é fácil, é cansativo, mas vale a pena. Além de ser casada com o Sandro, costumo dizer que também sou casada com a agenda, pois só consigo dar conta de todos os papéis planejando a minha rotina. Nem sempre consigo cumprir os planos, especialmente porque bebês envolvem, além de muito amor e fofura, a habilidade de se lidar com imprevistos!

“ EM 2013, EU ME MUDEI PARA BRASÍLIA, SOZINHA, COM UM FILHO DE 10 ANOS DE IDADE, SEM CONHECER NINGUÉM NA CIDADE ”



Comissão de Mulheres

Entrevista

Qual seu conselho para as servidoras e colaboradoras que também são/pretendem ser mães e gestoras.

Meu conselho é: sejam mães e sejam gestoras, pois não são papéis excludentes.

Nós somos feitas de múltiplas facetas: mulher, profissional, esposa, mãe, filha, irmã, amiga... Todas podem conviver em harmonia, talvez com um pouco mais de energia investida em certos momentos, mas uma faceta não anula a outra, elas se somam para formar o que somos.

Os filhos crescem (e rápido!) e nós temos o direito de nos realizarmos como profissionais (e sem culpa!). Então se é um sonho ou um plano assumir um cargo de liderança, mesmo sendo mãe, não o abandone.

Eu desejo a todas as mulheres a chance de terem uma experiência como a que eu tive com meu filho Arthur, quando ele tinha seus 11 ou 12 anos, e eu fui a uma reunião da escola. As professoras disseram: “nossa, a gente precisava te conhecer! O Arthur sempre fala de você com muito orgulho, disse que você é muito importante no seu trabalho!”

Ouvir isso aqueceu o meu coração, pois eu estava conseguindo me realizar como profissional e ter o reconhecimento de quem mais importava, meu filho!

O que elas poderiam fazer para conciliar de forma mais leve suas múltiplas jornadas?

As múltiplas jornadas não são leves, mas ajuda muito separar pelo menos um pouquinho de tempo para cada uma das facetas que compõem quem somos.

Recentemente descobri um tesouro: as mães dos amiguinhos de creche do Gabriel José. Além de ser quase uma terapia de grupo, pois todas somos mães e profissionais engajadas em nossas carreiras, começamos a realizar programações conjuntas, seja com os filhos e maridos ou mesmo só entre nós, para vivermos um pouquinho da vida extra casa e trabalho.

Amizades e parcerias certamente ajudam a aliviar a carga (e não se esqueçam do que eu falei sobre a agenda!).



Comissão de Mulheres

Entrevista

Na sua opinião, a RFB tem um ambiente de trabalho que facilite suas servidoras e colaboradoras a conciliarem esses papéis?

Eu não tenho do que me queixar quanto a isso. Recordo-me, por exemplo, de quando engravidei e fui avisar o meu coordenador-geral, já deixando claro que se ele quisesse passar a minha função de coordenadora para outro colega, que eu entenderia. Tive a grata surpresa de ouvir dele que eu estava vivendo um momento lindo e único e que ele não me tiraria da minha posição, se não fosse da minha vontade e que me daria todo apoio nesse período. E foi exatamente o que aconteceu: consegui conciliar a gestação com as minhas atividades profissionais e tive o ambiente de trabalho adequado a isso.

Em sua trajetória profissional houve alguma situação que poderia ser caracterizada como assédio ou discriminação?

Eu fui injustamente preterida em uma promoção, quando estava na iniciativa privada, mesmo estando muito preparada para isso. Um colega (homem) que não tinha a mesma qualificação e preparo ficou com a

vaga e eu ainda tive que ouvir do chefe que eu não fui escolhida por ser “muito brava”.

Se sim, como a situação foi trabalhada?

Logo depois do fato, não havia muito que eu pudesse fazer. Foram semanas tentando trabalhar essa injustiça na minha mente, mas esse foi mais um fator que eu considerei antes de pedir demissão e começar a estudar para concurso.

No momento de pedir demissão, ainda ouvi dele que, ao entrar no serviço público, eu passaria o resto da vida carimbando papéis.

Bom, a minha trajetória na RFB nunca passou nem perto disso e eu me orgulho muito da servidora pública que me tornei!





Comissão de Mulheres

Artigo



Katia Nobre
Priscila Rezende

Órfãos do ódio e das guerras



COMO AS GRANDES POTÊNCIAS BÉLICAS E A AMBIÇÃO DESENFREADA DOS SENHORES DAS ARMAS ESTÃO CRIANDO UMA GERAÇÃO TRAUMATIZADA PELOS HORRORES DA DESTRUÇÃO DO PLANETA PELO HOMEM

Muito se fala sobre guerras ou conflitos internos em determinados países. Virou assunto recorrente dos noticiários, das redes sociais e até das conversas informais do nosso cotidiano. São abordados os reflexos econômicos, as mudanças possíveis no cenário geopolítico mundial, as consequências geradas para o meio ambiente, os riscos para as telecomunicações mundiais, destruição de patrimônios históricos, apagamento de culturas milenares, entre outros danos iminentes que podem atingir os habitantes de nosso planeta.

Hoje, até de forma diferente de outros tempos, temos os riscos plausíveis que podem nos atingir diretamente: possibilidade da mudança no eixo da guerra, que poderia se deslocar para a América Latina, coisa que até então não avaliávamos como “possível”. Enfim muitas são as preocupações, todas reais, e exatamente por isso, totalmente válidas.

Mas existe um aspecto que deixa de ser considerado com a profundidade que merece: pouco se ouve falar dos “filhos da guerra”.



Nesse mês dedicado a celebrar as mães, não poderíamos deixar de fazer essa reflexão sobre a desumana criação de uma geração de filhos sem mães, e mães que perderam filhos no meio dos inúmeros conflitos mundiais. A violência ao redor do mundo chegou a patamares que não se viam há pelo menos 30 anos. Além das guerras na Ucrânia, em Gaza, no Irã e Líbano, existem ao menos outros 110 conflitos armados acontecendo na África, na Ásia, na América Latina e na Europa.

Desconsiderar essa realidade, fingindo que ela não existe, banalizar esse horror que se espalha pelo mundo é o equivalente a dizer que não nos importamos com as vidas desperdiçadas e com o que pode vir a ser as vidas dos sobreviventes.

A não ser no caso da Palestina, onde a política de extermínio foi tão escancarada e deliberadamente voltada para mulheres e crianças, no intuito de exterminar um povo, nos demais casos não se ouve falar das crianças e de suas mães.

Como ficam essas crianças cujos pais são vítimas diretas da guerra? A desigualdade mundial se manifesta também na apuração de dados sobre esses órfãos. Enquanto há maior disponibilidade de dados sobre crianças e famílias ucranianas, a extensão do problema em outras zonas de guerra no mundo, inclusive em Gaza, Iêmen, Sudão, Congo, Irã e Líbano, por exemplo, ainda é desconhecida devido à falta de dados confiáveis.

Algumas consequências dessa onda insana de destruição, legitimadora de todo tipo de crime contra a humanidade, podem ser descritas, conforme pesquisa feita entre 2013 e 2024 sobre os principais impactos em crianças que vivem em zonas de guerra, destacadas a seguir:

- Desenvolvimento psicossocial: Maior risco de trauma, ansiedade, depressão e dificuldade de criar vínculos. A perda em contexto violento agrava o luto.
- Vulnerabilidades sociais e econômicas: Aumento de pobreza, trabalho infantil, falta de acesso à escola e saúde, e risco de recrutamento por grupos armados.
- Falta de proteção: Muitos acabam em abrigos superlotados, campos de refugiados ou nas ruas, sem suporte familiar estável.

(fonte: Inteligência Artificial- Meta)

Os animais ditos irracionais protegem suas crias por instinto, por necessidade de preservação e

sobrevivência. O ser humano, dito racional, deveria proteger a sua espécie e isso passa por todas as crianças do mundo.

As crianças não são as responsáveis pelas guerras, mas são os que carregam os mais pesados fardos decorrentes desses conflitos desumanos. Por isso temos que lembrar delas sempre.

Guerras, na essência, não têm justificativa. Mas politicamente sempre são usados argumentos “lógicos”, “políticos”, “econômicos” e em grande parte pretensamente “religiosos” para as justificar. A história nos traz registros nesse sentido e está se repetindo atualmente, em larga escala e em todos os cantos do mundo.

Contextualizar os danos irreversíveis desses conflitos nos adultos que se tornarão essas crianças vítimas das guerras atuais é uma reflexão que pode e deve nos mover a trabalhar insistentemente na busca da paz. Se não nos cabe a paz mundial, se nada ou quase nada podemos fazer nesse contexto, que trabalhemos a paz para a nossa sociedade.

Existem vítimas de ódio e de conflito dentro dos lares que estão sujeitas aos mesmos danos, que são os órfãos do feminicídio.

Para essas crianças que ficam sozinhas, com a mãe morta e o pai na cadeia ou foragido, também temos que levantar nossos olhares atentos, na forma que estiver ao nosso alcance, para que as nossas crianças sejam preenchidas de memórias que possibilitem, lá no futuro, elas também se tornarem guerreiros e guerreiras pela paz!



”

***EXISTEM VÍTIMAS DE ÓDIO
E DE CONFLITO DENTRO
DOS LARES QUE ESTÃO
SUJEITAS AOS MESMOS
DANOS, QUE SÃO OS
ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO.***

”



Alverina Ribeiro Genelhu



Odete Garcia de Souza



Maria Feliciano de Souza Miranda



Rita Bispo Godoy Costa



Ivanete Querino Silva Villas



Anna Maria Pino da Silva



Maria Aparecida Nobre Vieira



Maria Magdalena Kreusch



Suzete Ribeiro Mafra



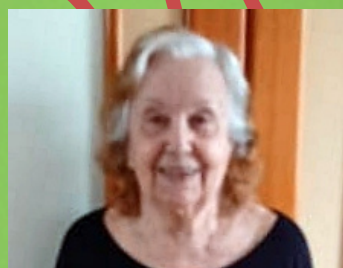
Mariana Rodrigues de Sousa



Maria Fonseca da Silva



Cezarina Pereira da Silva



Nínia Glória Borges Rezende



Maria Cavalcante Castelo Branco

NOSSAS MÃES



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
Comissão de Mulheres

mulheres@sindireceita.org.br